Do telejornalismo público como um direito: A oferta de informação na TV Brasil como potencialidade para comunicar as diferenças[1]

Iluska Coutinho[2]
Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO: Forma de acesso primordial à informação no Brasil, os telejornais atuam como uma instituição central no que se refere às disputas por visibilidade, midiática e pública. Em rede nacional ou nos noticiários locais, eles colocariam em circulação temáticas de interesse público, atores e grupos sociais, personagem dos dramas representados. Contudo, as manifestações recentes trouxeram críticas ao material oferecido pela mídia massiva, que seria incapaz de publicizar as demandas e anseios da audiência. A proposta do texto é relacionar a prática do telejornalismo em uma emissora pública, a TV Brasil, com o exercício do direito à comunicação, tomando como perspectiva sua potencialidade de representar as diferenças, ao propor um diálogo com um telespectador cidadão. O artigo tem como recorte empírico as experiências do quadro Outro Olhar, veiculado no telejornal noturno Repórter Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo; TV Pública; Representação; Direito à comunicação; Outro Olhar

Rui Barbosa já havia defendido o papel da imprensa como vista da nação, mecanismo de acompanhamento da vida pública e de eventuais tentativas de ocultamento de assuntos de interesse dos cidadãos. Muitos anos e coberturas depois, campanhas de mobilização e busca por engajamento dos telespectadores, a televisão e em particular o telejornalismo se instauraram como ator central na sociedade brasileira, forma preferencial de acesso à informação em um país marcado pela oralidade e, durante muitos anos, pela crença nas imagens e sons veiculados em edições de noticiários. Estes se apresentavam como "uma janela para o mundo", "síntese do que mais importante que aconteceu no Brasil e no mundo". (Re)conhecido pelos brasileiros como esfera ou praça pública midiatizada, os telejornais apresentam à audiência a promessa de cumprimento do direito à informação, de acesso aos conteúdos audiovisuais de interesse público. Mas será isso suficiente na contemporaneidade?

---

[1] Trabalho apresentado ao GP Telejornalismo no XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Jornalista formada pela Ufes, mestre em Comunicação e Cultura (UnB) e doutora em Comunicação Social (Umesp). Professora Associada do departamento de Jornalismo e do mestrado em Comunicação da UFJF, integra as diretorias da Intercom e SBPJor. Atualmente desenvolve pesquisa sobre Telejornalismo nas emissoras públicas brasileiras com financiamento do CNPq. Bolsista PQ2. iluskac@globo.com

As manifestações recentemente realizadas no país vocalizaram uma série de demandas e queixas, entre elas algumas dirigidas à cobertura jornalística dos protestos. Se em diversos momentos houve explicitação da insatisfação com a mídia por meio de cartazes ou enunciação de palavras de ordem, em diferentes localidades, em alguns casos as equipes de reportagem televisiva foram alvo de um enfrentamento mais direto. Por meio de sua página na rede mundial de computadores a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) repudiou as agressões e ameaças às equipes de reportagem em pelo menos duas ocasiões: em comunicado de 21/06/2013 denunciava como um "um grave atentado ao livre exercício do jornalismo" os ataques a equipes de reportagem de diferentes emissoras no Rio de Janeiro, Porto Velho, Palmas, Campinas, São Paulo e Porto Alegre e no dia 1°/07 alertava para as ameaças e hostilidades sofridas por uma equipe da TV Globo no Rio de Janeiro na cobertura de uma manifestação contra a Copa das Confederações, episódio classificado como de desrespeito ao "direito da sociedade à livre informação" (ABERT, 2013).

Estaria o telejornalismo, e sua oferta cotidiana de conteúdo audiovisual informativo, em questão também nas manifestações? Diferentes relatos, em redes sociais sobretudo, colocavam em destaque um questionamento sobre enquadramentos preferenciais, sobre a postura dos profissionais, em geral percebidos como assujeitados aos discursos das grandes emissoras. O risco de perda de credibilidade do campo (tele)jornalístico já havia sido enunciado em 2009 em entrevista de Dominique Wolton à revista MídiaComDemocracia: "(...)o público é cada vez mais crítico. Depois do descrédito em relação aos políticos, pode ser desenvolvido o mesmo sentimento em relação aos jornalistas." (WOLTON, 2009. p.7).

Uma série de estratégias foi desenvolvida a partir desses enfrentamentos, na perspectiva de garantir a segurança dos profissionais de telejornalismo na cobertura das manifestações nas ruas brasileiras. Alguns repórteres/ emissoras passaram a realizar a cobertura sem identificação, especialmente com a retirada da canopla de logomarca dos canais, antes presente nos microfones. Em outros casos optou-se por realizar a cobertura do alto, a uma distância de segurança, em edifícios e construções ou ainda com o uso de helicópteros. Houve ainda repórteres que acompanharam as manifestações e fizeram registros com câmeras de celulares e outros dispositivos, em uma releitura do jornalismo *embedded*, considerado uma marca da cobertura na guerra do Iraque, em 2008: "O fato de se deslocarem junto com as tropas enquanto elas avançavam na conquista do território iraquiano proporcionou uma proximidade maior com o campo de batalha, ao mesmo tempo

em que suscitou uma série de dúvidas éticas." (SOUZA, 2008). Cinco anos depois, em coberturas de manifestações de protesto inicialmente pacíficas, a re-experimentação da estratégia pode ser um indicativo do tensionamento dos limites do telejornalismo em emissoras de exploração comercial.

Afinal, ainda que o telejornalismo seja considerado um bem público, sua prática nas emissoras de televisão é acompanhada pelo que Wolton considera um problema:

> (...) a mídia está submetida a uma dupla influência muito forte: em primeira instância, à pressão econômica, através da concentração, e em segunda, à pressão dos políticos que querem controlar a mídia.(...) Seria necessário separar muito mais a mídia/ comunicação do poder econômico e do poder político. (...) O mais importante é que as grandes democracias devem criar televisões públicas para que elas possam coexistir com as televisões privadas. Isso custa menos do que investir em armas. (WOLTON, 2009, pp.5-6).

A proposta nesse texto é analisar as potencialidades que a complementariedade entre os sistemas de radiodifusão privado, estatal e público, prevista na constituição traze para o telejornalismo. De maneira mais específica, na medida em que as recentes manifestações parecem ser indício de uma demanda da sociedade porque sua voz seja publicizada no jornalismo televisivo, propõe-se analisar a experiência de um quadro do telejornal Repórter Brasil como forma de exercício do direto à comunicação em um canal público de televisão. Assim, defende-se a hipótese de que o telejornalismo público constitui-se em um direito, social, de acesso a uma informação televisiva que pode ser diferenciada pela promessa de incluir diferentes atores, grupos, coletivos em espaços audiovisuais como o do quadro *Outro Olhar*.

Sobre emissoras de televisão do campo público: dos canais educativos à constituição da TV Brasil

Diversos autores como Mattos (2000), Ramos (2007), Brittos e Bolaño (2007), entre outros, já destacaram o caráter eminentemente privado, e a concentração da radiodifusão no Brasil. Desde a implantação da TV Tupi de São Paulo, em 1950, até a constituição da primeira rede de televisão brasileira, então com transmissão terrestre, a operação das emissoras de televisão em nosso país sempre esteve associada à exploração comercial, ainda que muitas vezes com o patrocínio do Estado, um dos principais anunciantes aos longo da história da TV brasileira.

Apesar do predomínio comercial e da concentração de propriedade das emimssoras de TV, como nos lembra Gabriel Priolli em artigo publicado no Observartório da Imprensa, não existiria canal eminentemente privado, de forma que toda a televisão seria pública, ainda que em tese. "Estúdios, transmissores e antenas pertencem às empresas, mas o espectro radioelétrico, onde trafegam os sinais de televisão, é patrimônio público, sob controle do Estado. E seu uso é facultado a particulares através de concessão, que impõe obrigações legais e constitucionais." (PRIOLLI, 2013).

A exigências de isenção, equilíbrio, apartidarismo e pluralidade, tão caras ao (Tele)Jornalismo e suas promessas ao cidadão, também são devidas pelas emissoras de televisão, concessionárias de um serviço público, apesar da aparente dissonância com as percepções acerca de sua programação. O foco da reflexão contudo é a possibilidade de exercício do direito à comunicação como aspecto constituinte dessa pluralidade em uma emissora pública de televisão, a TV Brasil.

Para isso antes é necessário um esforço por compreender a natureza das chamadas emissoras do campo público no Brasil formado por: TVs educativas; canais de acesso público regulamentados pela Lei de TV a cabo (universitários, legislativos e comunitários), emissoras estatais e recentemente pela EBC (TV Brasil). Apesar de terem em comum o fato de apresentarem-se como contraponto à TV de exploração comercial, estes canais possuem características muito diferenciadas no que refere-se à construção, consolidação, à própria identidade percebida socialmente.

Segundo Itamar Aguiar as televisões educativas, que surgem no Brasil na década de 60, "representam o setor mais consolidado e familiar ao público devido ao acesso gratuito via sinal de TV aberta" (2012, p. 120). Presentes em diferentes estados e municípios brasileiros, mesmo entre essas emissoras educativas ainda há formas distintas de exploração e funcionamento. Apontada como uma das referências em telejornalismo público, a TV Cultura de São Paulo, por exemplo, é gerida pela Fundação Padre Anchieta e por um Conselho Gestor, mas em função de sua forma de financiamento aproxima-se do modelo de TV estatal. Em vários outras localidades esses caráter de vinculação com o governo estadual é ainda mais direto, o que pode comprometer a autonomia, financeira e editorial das emissoras. Há ainda casos em que são grupos privados que possuem a licença para operação dos canais educativos, como em Juiz de Fora (MG):

> A TVE, canal 12, de Juiz de Fora, que foi a primeira emissora educativa não governamental do país, exibe atualmente uma pequena grade de programação local, muitos programas reprisados da TV Cultura, TV

> Brasil e Rede Minas, algumas atrações locais produzidas através de projetos de professores da Universidade Federal de Juiz de Fora, mas também veicula programas da Igreja Universal do Reino de Deus e atrações que podem ser incluídas nogênero de colunismo social, o que caracterizaria uma privatização do sistema público. (COUTINHO E MUSSE, 2012, p.8).

Em trabalho publicado em 2012, Itamar Aguiar resgata os debates que ocorreram no âmbito do I Fórum Nacional de TVs Públicas, organizado em 2007 pelo então Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Naquele evento, que resultou na carta de Brasília, documento importante para a implantação da TV Brasil, uma das manifestações que ganhou destaque foi a do presidente da ABEPEC, Associação Brasileira de Emissoras Públicas e Educativas, Jorge da Cunha Lima. Entre outros aspectos ele defendeu a importância das emissoras públicas deixaram a timidez a investirem em uma filosofia diferenciada de trabalho, em relação a emissoras comerciais, mas sobretudo da independência política e administrativa para de fato serem consideradas públicas: "O governo paga a conta, mas não pode mandar. Quem tem que mandar são conselhos representativos da sociedade (...) o público acha que a TV pública é uma TV governamental, confunde com TV estatal, defendendo a sua distinção, cabendo ao legislativo, à justiça e o poder executivo revelar os seus conteúdos." (CUNHA LIMA apud AGUIAR, 2012, p. 139). No discurso de encerramento do Fórumo então presidente Lula defendeu que TV pública trabalhasse pela audiência, embora sem competição com as emissoras comerciais, na linha de dramaturgia ou programas de entretenimento: "Queremos competir na qualidade e no profissionalismo" (LULA apud AGUIAR, 2012, p. 140).

Apresentada como a nova rede pública de televisão brasileira, a TV Brasil foi criada em 2007, durante o governo Lula, por meio de medida provisória. A MP 398, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2007, enfrentou resistências na mídia brasileira, que denunciava a criação de uma televisão de governo, e no próprio congresso nacional. Um dos canais pertencentes à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)[3], a TV Brasil reuniu a TVE do Rio de Janeiro, a TVE do Maranhão e da Radiobrás, e foi considerada "uma vitória do campo público de comunicação" por diversos defensores da democratização da mídia e por autores como Aguiar (2012, p.21).

[3] Criada em 2007 para fortalecer o sistema público de comunicação, é gestora dos canais TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e do sistema público de Rádio – composto por oito emissoras. (www.ebc.com.br/sobre-a-ebc).

Aprovada na Câmara em feveiro de 2008, a TV Brasil, conta com a participação da sociedade civil no controle de sua gestão e programação. Expresso na atuação de seu Conselho Curador esse espaço de vigilância e participação, deve ainda garantir a aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, entre os quais destacamos nesse texto o respeito a pluralidade da sociedade brasileira. "Além disso, a TV Brasil deverá fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação e o incentivo a produção regional (AGUIAR, 2012, pp.154-155).

Os princípios da TV Pública, enunciados pelo então ministro das Comunicações, Franklin Martins, deveriam passar por um modelo de gestão descentralizada, garantindo a autonomia em relação ao Palácio do Planalto; pelo financiamento que deveria garantir a independência da emissora, com a possibilidade de prestação de serviços, patrocínios e doações[4]; pela construção de uma rede nacional de televisão pública. No processo de defesa, e tentativa de legitimação da proposta da TV Brasil como emissora independente, merece ainda destaque a declaração de Luiz Dulci, secretário da presidência em 2007: "O objetivo da TV pública é mesmo prestar um serviço público. Tratar daqueles temas que são importantes para a sociedade, que interessam a milhões de pessoas e que nem sempre são tratados pelas TVs privadas".

Aprovada na Câmara em 19 de fevereiro de 2008, e posteriormente pelo senado, a medida provisória de criação da EBC foi convertida na Lei 11.652, publicada no Diário Oficial da União em 08 de abril de 2008. No processo de tramitação legislativa da MP 398/07, de criação da EBC, merece destaque para os fins desse texto a emenda proposta deputada Maria do Carmo Lara (PT-MG). A parlamentar que sugeriu a alteração da expressão "direito à informação do cidadão" por "direito à comunicação do cidadão", defendeu a alteração com o objetivo de atribuir um caráter protagonista ao telespectador, o que poderia ser entendido como uma tentativa de garantir estímulos para a conversão de consumidores integrantes da audiência em cidadãos mais representados, e presentes, na programação televisiva.

[4] Segundo Itamar Aguiar, "Martins entende que o modelo de inserção publicitária desvirtuaria o caráter de TV pública, defendendo a ideia da criação de um fundo específico para estimular a produção independente, que poderia preencher pelo menos 30 horas semanais da TV Pública." (2012, p.159)

Diversidade na produção e representação jornalística em televisão: o exercício do direito à comunicação no telejornalismo público

Defendido pelo coletivo Intervozes como um dos pilares centrais da democracia, o direito à comunicação pressupõe que os cidadãos tenham voz, que essa possa ser expressa, publicizada, também na mídia. Em sua página a organização social, em atividade desde 2002, associa a possibilidade do exercício à comunicaçã com outros direitos, também fundamentais.

> O direito à comunicação é mais do que a liberdade de expressão e o direito à informação: é o direito de todas as pessoas de ter acesso aos meios de produção e veiculação de informação, de possuir condições técnicas e materiais para ouvir e ser ouvida, de ter o conhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação. (INTERVOZES, 2013).

Em linhas gerais poderíamos entender o direito à comunicação como um direito social, relacionado a outros, como aquele por representação em diferentes instâncias decisórias. Entre essas instâncias poderíamos em última análise incluir o (tele) Jornalismo, cuja legitimidade também é atribuída socialmente. Parte do projeto iluminista do Jornalismo a autonomia do cidadão, também poderia ser assim associada à sua capacidade em converter-se de espectador, apenas, em também produtor de discursos e relatos audiovisuais, ainda que potencialmente. Novos sons e imagens assim tensionariam a produção jornalística, mas também estariam em diálogo com ela, com procedimentos consolidados de produção de notícias e redução de incertezas quanto ao conteúdo veiculado.

Em trabalhos anteriores já destamos esse processo de incorporação do público no telejornalismo (Coutinho, 2010), cujo potencial efetivamente democrático, de experimentação do direito de comunicar muitas vezes era tensionada pelos parâmetros de edição, formatação e critérios editoriais em emissoras de televisão de exploração comercial, tanto nos telejornais nacionais, quanto naqueles produzidos e veiculados localmente.

> nos telejornais locais a população assume um papel mais ativo, de protagonismo nas histórias tecidas audiovisualmente, e por vezes utiliza-se de emissoras de TV para reivindicar seus direitos, há nos telejornais de rede uma espécie de despolitização das vozes (...) o cidadão que emerge oferece quase sempre um relato emocionado, a partir de sua experiência de vida (COUTINHO & MATA, 2010, p.8).

Outros estudiosos tem tomado como objeto de estudo e pesquisa as iniciativas de inclusão da produção de vídeos, e/ou da participação popular no telejornalismo. Fabiana

Siqueira, Alfredo Vizeu Pereira Jr. e Heitor Rocha (2012) evidenciaram a perspectiva de um telejornalismo mais dialógico, com a participação do cidadão, convertido em produtor de conteúdo na contemporaneidade. Os autores destacaram sobretudo as "implicações éticas deste novo cenário de ampliação significativa das fontes e versões no campo jornalístico (...) as relações de confiança e a função desempenhada pelos jornalistas televisivos na construção da noção de real" (2012, p.1).

Também iniciativas de fomento à produção de material pelos telespectadores de sido objeto de estudiosos, colocando em relevo, por exemplo, iniciativas das emissoras de apropriação da participação popular, em projetos de parcerias com as comunidades, como aquele implantado pela TV Globo, inicialmento no Rio de Janeiro e, depois em outros localidades, emissoras afiliadas. Em ambas as iniciativas contudo a forma de apresentação do material, sua edição e inserção na programação jornalísticas são orientadas pelos princípios editoriais das emissoras de televisão de exploração comercial.

Propõe-se nesse texto compreender a prática do telejornalismo em uma emissora pública na perspectiva da complementariedade, no exercício desse direito, social, à comunicação. Nesse sentido, a TV Brasil, como emissora de televisão pública deveria possibilitar a difusão de diferentes vozes, imagens e sons, produzidos segundo uma diversidade de princípios editoriais de tal modo que a pluralidade de opiniões e perspectivas fosse construída a partir da experimentação do direito de comunicar, em um canal público.

Pesquisa realizada entre 2010 e 2012 no âmbito do grupo Jornalismo, Imagem e Representação, da Universidade Federal de Juiz de Fora dedicou-se à análise do telejornalismo da TV Brasil. Tomando como objeto empírico três programas da faixa de informação da emissora - Repórter Brasil Manhã, Jornal Visual e Repórter Brasil Noite - o trabalho evidenciou uma maior participação do grupo social identificado como "populares" no material veiculado, em comparação com a oferta das emissoras de exploração comercial. Apesar de maior em termos percentuais, e mesmo no que refere-se a tempo de edição dos depoimentos, o espaço para veiculação das vozes dos cidadãos ainda foi percebido como coadjuvante no tratamento e estrutura da informação veiculada. Em linhas gerais os populares não desempenhavam um papel de protagonismo nas narrativas apresentadas, ainda que o esforço por publicizar essas vozes tenha merecido registro.

No telejornal noturno da emissora, o Repórter Brasil, veiculado de segunda a sábado às 21 horas, dois quadros destacavam-se como espaço para inserção das vozes do cidadão comum nas edições do programa. O primeiro tinha uma estratégia associada ao recurso

comumente utilizado no jornalismo televisivo como forma de repercutir um tema em um material audiovisual; o "Povo Fala" era apresentado ao final de cada bloco do programa, quando cidadãos de diferentes localidades respondiam a uma questão geral formulada a cada edição. Ocorre contudo que as perguntas formuladas, em geral, tinham baixo potencial de politização, sendo em geral associadas a temas com pouca possibilidade de exercício da crítica.

O outro espaço era o quadro Outro Olhar, no qual diferentes cidadãos, mas também grupos sociais, coletivos organizados ou instituições de cunho diverso, podem publicizar suas produções audiovisuais. Diferente da experiência de outras emissoras, a edição e a escolha do formtado e/ou tema cabia a cada produtor audiovisual, de conteúdo informativo, opinativo ou educativo. A única limitação, de tempo total da produção, estava vinculada ao dispositivo técnico de recebimento do material, encaminhado pelos cidadãos por meio da página do Repórter Brasil e do próprio quadro na rede mundial de computadores. No âmbito desse artigo, apresentamos a seguir uma reflexão sobre as potencialidade do Outro Olhar como espaço para exercício do direito à comunicação, e acolhimento de diferentes vozes e modos de representá-las audiovisualmente.

De acordo com convite feito pelo primeiro coordenador do programa, Guilherme Strozi, e veiculado no jornal online do grupo iTeia (Rede Independente de Cultura e Cidadania idealizada pelo Instituto InterCidadania), o quadro Outro Olhar é um "espaço para a divulgação de vídeos feitos pela sociedade civil" (STROZI, 2008). O quadro tem em média três minutos de duração e é veiculado no telejornal noturno da TV Brasil, o Repórter Brasil.

No relatório de avaliação do telejornalismo da emissora apresentado ao Conselho Curador da EBC em 2011, a iniciativa era bastante promissora, e deveria ser estimulada. Um dos motivos era a percepção de que o quadro poderia ser uma estrategia para estimular a participação da sociedade na emissora, e assim ampliar os vínculos do cidadão com o canal, que para ser efetivamente público precisaria estabelecer um diálogo com o espectador. Além disso, com a possibilidade de participação de grupos sociais, com ou sem organização, havia uma possibilidade de elevar a representação da sociedade civil no telejornalismo, uma carência mesmo na TV Brasil. Apesar de veicular um programa produzido pela TVT, emissora educativa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SP), o Bom pra todos, veiculado nas manhãs de quarta, no que refere-se às fontes mobilizadas nos telejornais da emissora, os representantes de sindicatos e outras organizações da sociedade

civil correspondiam ao grupo menos representado. Dessa forma, a estratégia de abertura de um canal no próprio telejornal, representaria uma forma importante de inclusão dos grupos sociais, como tal, e não apenas de cidadãos enquanto indivíduos isolados, normalmente mobilizados nas entrevistas e depoimentos em suas dimensões mais emocionais ou particulares.

Diferente desse proposta mais individualista, o material veiculado no quadro Outro Olhar era captado pela emissora a partir de vídeos de produtores independentes, pontos de cultura, cooperativas, cidadãos comuns, grupos e movimentos sociais[5]. No espaço poderiam ser exibidas reportagens, entrevitas e imagens, captadas a partir de diferentes suportes e em diferentes formatos: curtas, mini-documentários, vídeos de celulares, câmeras etc. Segundo explicava Strozi, que atuou no Conselho Curador como representante dos funcionáros da EBC, "a idéia é criar parcerias entre a sociedade e a TV Brasil, para que os cidadãos possam fazer parte de forma ativa da linha editoral da empresa". Para isso o convite a participação era dirigido a quem produzisse conteúdo informativo, "(...)que mostra a realidade de sua comunidade, com a sua versão dos fatos".

Por essas características a avaliação formulada pela equipe de pesquisadores da UFJF era de que as inserções do quadro Outro Olhar deveriam ser mais frequentes, estimuladas. Propunha-se ainda que seu conteúdo deveria dialogar de forma mais direta com o material veiculado a cada edição do programa, eventualmente com a realização de uma entrevista ou debate em estúdio que tornasse possível o aprofundamento, e a valorização da participação do público na construção do telejornal.

A proposta foi acolhida pela equipe, que também sentiu-se valorizada na proposta de estabelecer um diálogo com o cidadão, produtor de conteúdo. Apesar de acolher distintas formas e propostas de produção, antes de sua veiculação no telejornal, o material do quadro Outro Olhar também passava por uma seleção, que atuava no sentido de garantir a veracidade dos dados veiculados e o respeito a pessoa humana e outros aspectos como não veiculação de conteúdos com preconceito religioso ou qualquer forma de discriminação. "Nós do Outro Olhar esperamos estabelecer um número importante de parcerias de forma a garantir toda a pluralidade de informações que estão por aí e que não são mostradas diariamente. É obrigação da TV Brasil como empresa pública de informação que é.",

[5] Inicialmente o material era recebido por meio do envio físico de fitas mini-dv, dvcam, betacam ou de dvds, pelo correio, para a produção do quadro, na sede da EBC, em Brasília. Outra alternativa possível era o envio de produções em formato digital via ftp. Nos dois casos era necessário também remeter autorizações de imagens e exibição, permitindo a edição e veiculação da TV Brasil.

avaliava Guilherme Strozi, coordenador do quadro, em matéria/ convite veiculado pelo site do iTeia.

Desde 2012 a proposta de estímulo a participação ganhou um reforço, com a tentativa dos produtores do quadro de buscar uma aproximação com eventuais produtores de conteúdo audiovisual. Isso ocorreu por meio da criação de uma fanpage na rede facebook, com o estímulo ao envio de contribuições e veiculação de chamadas ou de trechos dos materiais veiculados no quadro. O espaço também era utilizado para explicitar a proposta do quadro Outro Olhar - "Jornalismo feito por você!" - em imagens distribuídas, e compartilhadas naquela rede social.

Outra estratégia importante de aproximação dos potenciais produtores, de forma a estimular o exercício do direito à comunicação naquele espaço audiovisual, são as oficinas de Vivência em Produção para TV com a Equipe de Produção OUTRO OLHAR/TV Brasil. A primeira experiência ocorreu em Paracatu, Minas Gerais, como parte da programação das Oficinas Comunitárias de Produção Audiovisual da Memória Popular Brasileira, realizadas entre 14 e 16 de setembro de 2012. Organizada pela equipe do projeto Vozes da Juventude, as primeiras oficinas envolveram 45 participantes. Da experiência resultou um vídeo, veiculado no Repórter Brasil em setembro de 2012:

> No Outro Olhar, você vai conhecer o projeto "Vozes da Juventude", que oferece aulas gratuitas de música e esportes a jovens carentes, em Paracatu, Minas Gerais. O vídeo é uma produção dos oficineiros do Vozes da Juventude e das entidades Rede Comunitária, Cultuarte e Programando o Futuro(Repórter Brasil).

Também em Minas Gerais foi realizadas uma oficina como parte das atividades da quinta edição do Festival Sagarana, realizada entre os dias 14 e 17 de novembro, na cidade de Arinos, no Vale do Urucuia, sertão mineiro. Segundo matéria publicana pela EBC, a proposta da oficina de capacitação audiovisual foi "(...)estimular a participação e fazer com que a comunidade produza conteúdos sobre sua própria vivência" (EBC, 15/11/2012).

Em abril de 2013 houve nova realização de oficinas, dessa vez em Unaí-MG, em parceria com a Rede Comunitária e a Caritas Diocesana. Além de dentificar e treinar potencialidades individuais e coletivas para a prática da linguagem audiovisual e o desenvolvimento dos temas propostos pelas diversas fases de uma produção em vídeo. Essa última experiência teve a proposta, além do treinamento de "estruturar a Agência Escola de Expressão e Comunicação Comunitária junto ao Núcleo Operacional da Cáritas Unaí - MG, com editoria permanente, articulando indivíduos e entidades na Rede Comunitária de Comunicação para a realização e veiculação de produtos pela TV Brasil, dentro do projeto Outro Olhar" (Rede Comunitária, 2013). Nesse sentido a realização dessas oficinas, com estímulo dos profissionais da TV Brasil à possibilidade de comunicar, por meio e audiovisual, haveria a potencialidade de articular ainda produções para circulação posterior em canais comunitários, emissoras públicas regionais e mesmo para postagem de conteúdos audiovisuais nas redes sociais.

Além das oficinas, por meio dos perfis nas redes sociais a equipe do quadro Outro Olhar busca estimular os cidadãos a produzirem, compartilharem também por meio da TV pública suas produções audiovisuais. Na medida do possível a tentativa é associar os conteúdos produzidos com os cidadãos com a cobertura realizada no âmbito do próprio Repórter Brasil Noite, pelos jornalistas da emissora. Nesse caso a produção de caráter independente, para além do exercício do direito à comunicação, garantiria ao noticiário uma maior pluralidade de enfoques na apresentação de temáticas de interesse público. Nem sempre porém essa articulação é possível, em alguns casos pela ausência de produções relacionadas, o que pode ser um indicativo de um possível descompasso entre a agenda de interesses da população e aquela que constrói a pauta jornalística.

Na tentativa de estabelecer esse diálogo, via jornalismo participativo, em alguns casos há estímulo da equipe do programa pela produção de material relacionado a alguma temática. Isso ocorreu por exemplo em junho de 2013, quando por meio da rede social facebook foi proposta a campanha "Copa das Conferações fora dos estádios". A primeira postagem na fanpage ocorreu no dia 14 de junho, e uma segunda postagem foi realizada em 25 de junho. O convite a participação da cobertura propunha o envio de "um vídeo diferente da cobertura comum. Queremos mostrar algo diferente que interfira direta e indiretamente na realidade do brasileiro. Mas que vá além do futebol." (OUTRO OLHAR, 2013). A proposta de mostrar a Copa das Confederações por outro ângulo, com a

participação do público não se concretizou, apesar das diversas perguntas que buscavam estabelecer um diálogo e suscitar a produção dos telespectadores.

Expressa no texto publicada na rede social, a intenção era veicular os vídeos, com duração máxima de 1 minuto e 30 segundos, durante o próprio evento, entre 15 e 30 de junho, garantindo visibilidade a outros olhares e realidades relacionadas com a temática futebol. Contudo, nesse período não houve nenhuma veiculação ou publicação de vídeo relacionado à temática, seja no programa televisivo (Repórter Brasil), na fanpage do quadro ou ainda no canal do Outro Olhar na plataforma youtube, locais previsto de veiculação[6].

O tensionamento das relações entre manifestantes e poderes instituídos, entre eles a mídia, pode ser uma possível hipótese para a ausência de resposta dos grupos sociais, potenciais produtores de material. Outra possibilidade seria a inadequação do material remetido às regras de exibição; de acordo com a chamada os vídeos seriam escolhidos pelos editores-chefes da TV Brasil, "com base no diferencial da informação em relação ao factual das notícias sobre a Copa."(Outro Olhar, 2013).

Ao invés de um diálogo nas temáticas relacionadas aos conflitos ou ao futebol, no período entre 15 e 25 de junho não houve nenhuma veiculação no Repórter Brasil Noite ou nova postagem de vídeos do quadro Outro Olhar em seu canal na plataforma de conteúdos audiovisuais youtube. Entre 26 de junho e 11 de julho de 2013 foram realizadas ao todo cinco postagens, de temas, origens e formatos diversos.

Publicado em 26 de junho o vídeo "Transporte eficiente", buscava estabelecer um contraponto aos problemas de mobilidade urbana, que mobilizavam o país. De acordo com os apresentadores, "o caos no transporte público não é realidade, em todo o país. Curitiba, no Paraná, tem um sistema de transporte coletivo eficiente. Este é o tema do Outro Olhar.". A produção de Ethan Arpi, Mariana Gil e Rhys Thom, identificados apenas por seus nomes no programa e no canal na web, tem um caráter de material institucional, voltado inclusive para divulgação fora do país. Isso porque nos créditos o nome Brasil é grafado com "z", assim como os cargos e funções são informados em língua inglesa.

Exibido dois dias depois, o vídeo sobre a temática da homofobia, foi produzido pelo Coletivo Lumika, um grupo criado em 2011 com o objetivo de experimentar a linguagem audiovisual, e apresentar propostas diferenciadas para o público jovem. O material veiculado no Outro Olhar mostra como jovens homossexuais encaram a homofobia. Em

[6] De acordo com a chamada publicada nas redes sociais, "todos os vídeos enviados serão postados no site do Repórter Brasil, no facebook do Outro Olhar e nos sites parceiros."(Outro Olhar, 2013).

2'13" são encadeados depoimentos de seis jovens homoafetivos, abordando o preconceito, autoconfesso em um dos casos, e com uma crítica a intolerância. Em termos de diálogo com a pauta do programa, nesse período o projeto da suposta "cura gay", era tema de debate no Congresso Nacional.

A publicação de 02 de julho também tinha relação com uma temática factual, a oferta pelo SUS da vacina contra o HPV. De acordo com o material veiculado no quadro Outro Olhar, há mais de cem tipos de H-P-V, um deles o HPV16 seria o principal causador do câncer de colo de útero. Em uma produção da TV Oncoguia, a coordenadora do instituto do HPV da Santa Casa de São Paulo evidenciou a eficiência da vacina.

Por sua vez o material exibido em 04 de julho não tinha uma temática quente, embora seja assunto sempre atual no país, a cultura afro e sua relação com a perspectiva educacional. O material é uma produção do Projeto Redigir, projeto de extensão universitária da Escola de Comunicações e Artes da USP criado em 1999, e tem uma estrutura próxima de uma matéria telejornalística, encadeada por povo fala, entrevistas e um depoimento de um ativista do Núcleo de Consciência Negra da USP. Há inserção de imagens de uma sala de aula/ debates durante os últimos depoimentos, encerrados com uma inscrição em arte: "O negro não é só excluído da história, ele é excluído do presente".

O último material veiculado no recorte temporal estabelecido nesse trabalho tem um foco factual, embora relacionado a uma data comemorativa, o dia da pizza, 11 de julho. O material é de autoria da Rivello Menta Produções, tem belas imagens que se inserem sobre uma entrevista com uma fonte aparentemente especializada, uma vez que apenas a inserção do nome do personagem, sem a identificação de sua profissão ou cargo. O vídeo, assinado por uma empresa de produção de vídeo e marketing digital, tem início com uma arte remetendo a história da pizza, utiliza-se do recurso de sobe som e de imagens de preparo da pizza e da própria massa.

Na tentativa de sintetizar esse olhar sobre o material veiculado no período em recorte, evidencia-se uma grande pluralidade de temáticas, quanto a formatos e qualidade técnica do material exibido, mas sobretudo de interesses. Assim, a perspectiva de apropriação do espaço destinado ao exercício de cidadania, talvez mereça maior reflexão e estudo. Um dos aspectos a perceber seria a relação entre o estímulo aos cidadãos e as efetivas condições, políticas e técnicas para que o direito à comunicação seja exercido por todos, apesar das diferenças, também no acesso à tecnologia e ao saber fazer audiovisual.

Nesse sentido, as oficinas de vivência da produção parecem ser uma perspectiva importante, para a efetivação desse direito por grupos cada vez mais diversos.

Referências

AGUIAR, Itamar. **TV Brasil**: algo novo no ar. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012.

BRASIL. **Constituição**(1988).**Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BUCCI, Eugênio. Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. Rio de Janeiro: Record, 2008.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo:** a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

_____ & MUSSE, Christina. **O lugar público do telejornalismo**: uma avaliação da informação na TV Brasil. Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. SBPJor: Curitiba, 2012. Disponível em http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/1729/258. Acesso: 12/07/2013.

_____& MARA, Jhonatan. **Dos personagens à incorporação do público**: uma análise sobre o lugar do cidadão no telejornalismo. Anais do VIII Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo. SBPJor: São Luiz, 2010. Cdrom.

DULCI, Luiz. **Governo quer rede pública para temas que estão fora de TVs comerciais**, Redação Agência Brasil/Radiobrás, Brasília, 14 mar. 2007.

MATTOS, Sérgio. **A televisão no Brasil**: 50 anos de história (1950-2000). Salvador: Editora PAS, 2000.

RAMOS, Murilo César. Sobre a importância de repensar e renovar a idéia de sociedade civil. In RAMOS, Murilo & SANTOS, Suzy dos (orgs). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

SIQUEIRA, Fabiana; PEREIRA JR., Alfredo & ROCHA, Heitor. **Telejornalismo e Comunicação Dialógica**: A Possibilidade do Exercício da Cidadania em Grande Escala. In Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom: Fortaleza, 2012. Disponível em http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2192-1.pdf. Acesso: 10/07/2013.

SOUZA, André Renato de Araujo. **Jornalismo embedded**. In Observatório de Imprensa, edição 517, 23/12/2008. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalismo_embedded. Acesso 12/07/2013.

STROZI, Guilherme. **Outro Olhar: participe do Jornalismo da TV Brasil,** 05/11/2008. In Jornal da iTeia. Disponível em http://www.iteia.org.br/jornal. Acesso em 12/07/2013.

WOLTON, Dominique. **Entrevista à revista MídiaComDemocracia**, publicação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), nr 8, Janeiro de 2009.

Abert. Disponível em http://www.abert.org.br/site/index.php?/noticias/todas-noticias/abert-repudia-ameaca-a-equipe-da-rede-globo-no-rio-de-janeiro.html. Acesso em 11/07/2013.

EBC - Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em http://www.ebc.com.br. Acesso em 12/07/2013.

Oficinas Comunitárias RedeCCom/Outro Olhar/TV Brasil com a Cáritas Diocesana de Paracatu em Unai MG In **Rede Comunitária**. Disponível em http://redeccom.blogspot.com.br/2013/04/blog-post_6481.html. Acesso em 13/07/2013.

Repórter Brasil. Disponível em: http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/. Acesso em 14/02/2013.

TV Brasil. Disponível em: http://www.tvbrasil.org.br/sobreatv/ . Acesso em 11/07/2013.

http://www.ebc.com.br/cultura/2012/11/festival-sagarana-movimenta-cultura-sertaneja-em-minas-gerais